



Entrevista > Luis Donisete Grupioni

Antropólogo fala sobre aprovação do relatório da Comissão Especial de Mineração em Terras Indígenas e critica fato de o País desrespeitá-lo

‘Cumprimento da lei vai ser exigido’



Organizações indígenas e indigenistas que compõem a Rede de Cooperação Alternativa (RCA) divulgaram um manifesto contra a aprovação do relatório da Comissão Especial de Mineração em Terras Indígenas. O manifesto foi elaborado em uma reunião em Boa Vista (RR), logo após a realização da Assembleia Geral da Hutukara Associação Yanomami. A nota diz que a Comissão não realizou consultas aos povos indígenas por meio de suas organizações representativas e mediante procedimentos adequados, conforme determina a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Também não respeitou o disposto na Constituição Federal, nos artigos 176 e 231, especificamente no que se refere à manifestação do interesse nacional e à oitiva aos povos indígenas na exploração mineral em Terra Indígena. As organizações pedem que o Congresso Nacional desenvolva mecanismos adequados para o cumprimento da obrigação de consultar os povos indígenas sobre medidas legislativas que os afetem diretamente e avance na aprovação do Projeto de Lei do Estatuto dos Povos Indígenas (PL 2057/91), que regulamenta o tema, em tramitação há mais de 20 anos. Leia a seguir entrevista com Luis Donisete Benzi Grupioni, coordenador executivo do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé), que integra a RCA.

Que análise você faz da nova versão do PL 1610/96?

A principal falha deste projeto é que se as comunidades de uma terra indígena disserem não às



Segundo Donisete, a mineração poderá representar novamente um sério risco à sobrevivência dos yanomami

propostas de mineração, uma comissão de deputados, senadores e alguns técnicos do governo decide qual a empresa que fará a mineração. A proposta do relator também não diz em que condições a exploração mineral, que é altamente impactante, não poderá acontecer, como na proposta da CNPI, no Art. 90. O Relatório atual do PL 1610/96 ignora os avanços que foram obtidos na proposta aprovada pela Comissão Nacional de Política Indigenista para o novo Estatuto dos Povos Indígenas (CNPI), de 2009, que trata do tema da mineração em terras indígenas. A proposta da CNPI garante que se as comunidades a serem afetadas pela mineração não concordarem com a atividade de re-

perfil

Donisete Grupioni

IDADE: 48

NOME: Luis Donisete Benzi Grupioni

ESTUDOS: Bacharel em Ciências Sociais pela USP; mestrado em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP e doutorado em Ciência Social (Antropologia Social) pela USP.

EXPERIÊNCIA: Coordenador de Difusão do Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé). Atualmente é coordenador executivo do Iepé.

querimento será arquivado.

Você espera que a Comissão realize consulta?

Nós esperamos, sim, que a Comissão promova um amplo processo de consulta. Isso é uma exigência da Convenção 169, que foi aprovada pelo Congresso Brasileiro em lei e sancionada pela presidência da República. Ali se estabelece que toda lei que possa afetar os povos indígenas deverá ser objeto de consulta, livre prévia e informada aos povos indígenas. Como o Brasil pode aprovar essa Convenção como parte de sua legislação e, em seguida, desrespeitá-la?

Você espera que a Funai

pressione a Câmara para que os indígenas sejam consultados?

Esperamos que a Funai, a presidência da República, o Itamaraty e o Ministério Público exijam o cumprimento da Convenção 169. Caso contrário, as organizações representativas dos povos indígenas no Brasil poderão apresentar uma reclamação formal à OIT. Nesse momento, o governo brasileiro deu início a um amplo processo para regulamentar o direito de consulta prévia. Assim, a primeira coisa que os deputados deveriam estar interessados era regulamentar como se dará a consulta em relação às medidas legislativas.

De que forma esse Substitutivo pode comprometer os povos indígenas?

A mineração é uma atividade de alto impacto, não só ao meio ambiente, mas também às comunidades que vivem próximas. Além do impacto direto, há outros, como a necessidade de abrir estradas para escoar a produção, utilizar águas fluviais, promover desmatamento para essas atividades. Tudo isso é danoso ao meio ambiente e terá impacto na vida e na sobrevivência dos índios, principalmente na Amazônia. O deputado Édio Lopes se esqueceu de definir em seu projeto o interesse nacional, abrindo a mineração indiscriminada em todas as terras indígenas que possuam minérios. A oitiva das comunidades indígenas deverá ocorrer em cada caso específico. Tudo isso está muito mal resolvido no relatório do relator e, por isso, esperamos que ele não prospere e que a bancada do governo cumpra o acordo feito e esquecido com o movimento indígena de tratar esse tema no âmbito da tramitação do Estatuto dos Povos Indígenas.

Esta versão se difere do PL original em algum item?

Não tive tempo de analisar isso. Nós esperávamos que o tema da mineração fosse tratado no âmbito do Estatuto dos Povos Indígenas, que tramita há mais de 20 anos no Congresso Nacional. Acho uma lástima que o senador Romero Jucá que, inclusive, já foi presidente da Funai, não tenha usado seu capital político em favor da aprovação do Estatuto, que regulamenta vários direitos indígenas, mas esteja empreendendo esforços somente para aprovar a mineração nas terras indígenas.

No caso específico dos yanomami, esta proposta pode provocar uma ameaça a eles e à sobrevivência?

O garimpo ilegal, clandestino, causou inúmeras mortes e sofrimento aos yanomami, povo que já correu risco de genocídio. A mineração poderá novamente representar um sério risco a sua sobrevivência. É preciso respeitar os direitos dos povos indígenas, entre eles o da consulta prévia, e o de não aceitarem que seu território seja aberto para o desmatamento e para a mineração.

O DNMP tem uma lista de empresas com pedidos de pesquisa na área dos yanomami. O que você acha?

Todos esses pedidos devem ser cancelados, uma vez que a Constituição diz que a regulamentação da mineração em TIs exige lei complementar. Então não há porque considerar pedidos de pesquisa que foram feitos de modo a garantir um suposto direito de antecedência das empresas. Isso é pura má-fé, esperteza que não convive bem com o Estado de Direito.

Registro >>> Há 20 anos, yanomami Júlio Pinto tem projétil alojado nas costas

Bala deixada no corpo conta história de conflito

As marcas do conflito com garimpeiros estão registradas no corpo de Júlio Goes Pinto: uma bala alojada em seu corpo há mais de 20 anos. Menos conhecido do que Davi Kopenawa, Júlio Pinto, 64, não se importa em ocupar um lugar de coadjuvante na luta do povo yanomami. Não que ele tenha sido coadjuvante na prática, apenas teve menos visibilidade, viajou pouco “para fora de sua aldeia” e optou por enfrentar os obstáculos dentro de sua casa.

Antes de Davi Kopenawa viajar pelo mundo para denunciar a demora na homologação da TI Yanomami e a presença de garimpeiros, Júlio Pinto já enfrentava os militares que começaram a ocupar as terras indígenas da região do Alto Rio Negro. Na assembleia da Hutukara, na aldeia Watoriki, o yanomami Júlio Pinto não escondeu sua vivacidade e alegria ao lembrar os 20 anos de homologação da TI Yanomami e deu vários “salvas” para Davi. Mas ele próprio foi

saiba mais

Alvo em tiroteio

Pinto também foi vítima de desavença com garimpeiro. Em um bar, onde foi conversar com outros dois indígenas conhecidos, entre eles Álvaro Tukano, Pinto foi alvo da provocação de um garimpeiro e acabou sendo atingido por um tiro dos seis que foram disparados. A bala atingiu seu braço direito, atravessou sua costela e está até hoje alojada nas costas.

um dos mais ovacionados pelos outros yanomami.

“Eu vim aqui vibrar com a nossa vitória. Temos que parabenizar nosso trabalho e a coragem do Davi. Que ele dê continuidade. A luta não parou e nem vai parar. Temos que reativar os marcos da demarcação, que sumiu. Se continuar assim, as invasões vão continuar”, exortou. No início dos anos 70, Júlio

Pinto já enchia a paciência do presidente da Funai do regime militar, general Ismar Araújo, escrevendo cartinhas pedindo a demarcação. “Eu mandei tanta carta que uma vez ele respondeu, por telegrama, e me ameaçou. Dizia que se não parasse vinha buscar a gente de avião, algemado. Foi quando a gente se tornou mais forte”, lembra Lopes.

IGREJA INCOMODADA

Professor em sua comunidade, localizada na região de Maturacá, próximo do Município de São Gabriel da Cachoeira, Pinto incomodou vários militares e também o setor mais conservador da Igreja Católica.

“Eu acabei me tornando conhecido na luta, mas não como o Davi. Ele viajava, eu não. O deslocamento era difícil. Depois que amadureci comecei a lutar também contra a chegada dos garimpeiros e o Exército que estava se instalando na nossa terra”, lembra Pinto, que vive na aldeia Ariabú.



Índio mostra que a bala atingiu seu braço direito, atravessou a costela até as costas

Discussão com militar e represália

No período em que trabalhava como guarda-pista da Aeronáutica, Júlio Pinto também se desentendeu com militares. Mesmo trabalhando na Aeronáutica, Pinto não escapou de desavenças com militares, quando foi construída uma base na terra onde viviam os yanomami.

A represália pela ousadia em enfrentar um militar veio rapidamente em forma de ameaça de transferência de todo os moradores de sua aldeia, em Maturacá. “Me disseram que três Hércules (avião da FAB) iriam nos levar para a região do Surucucu. Eu respondi: ‘O que? Ali tem yanomami mais brabo do que a gente. Vai ser guerra por cima de guerra. Vocês querem que a gente guerree contra nosso próprio povo? Se for para guerrear vai ser contra vocês militares’. Isso foi em 1989, pouco mais da homologação.”